

**MATERIAL DIREITO CONSTITUCIONAL – DICA DE MESTRE – PRF
PROF^a CARLA ANDRADE**

1) 2018 – CESPE – FUB - Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Superior

Acerca de classificação constitucional, de princípios, direitos e garantias fundamentais e de servidores públicos, julgue o seguinte item.

A ampla defesa e o contraditório são princípios constitucionais fundamentais decorrentes do devido processo legal aplicáveis tanto ao cidadão em geral quanto aos servidores públicos.

() CERTO () ERRADO

2) 2018 – CESPE - SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário

Com relação ao direito à associação, assinale a opção correta.

- a) As atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial.
- b) A liberdade de associação é plena, mesmo para associação de caráter paramilitar.
- c) A criação de associação depende de autorização do poder público.
- d) A associação pode prever, em seu estatuto, hipóteses para compelir alguém a permanecer associado.
- e) As associações, ainda quando não autorizadas expressamente, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

3) 2018 – CESPE - SEFAZ-RS - Assistente Administrativo Fazendário

Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, a quebra do sigilo de comunicações telefônicas pode ser determinada

- a) pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- b) pelo Poder Judiciário, somente.
- c) por autoridade policial e pelo Ministério Público.
- d) pela fiscalização tributária, somente.
- e) pelo Ministério Público, somente.

4) 2018 – CESPE - TCE-MG - Analista de Controle Externo - Direito

**MATERIAL DIREITO CONSTITUCIONAL – DICA DE MESTRE – PRF
PROFª CARLA ANDRADE**

Rafael, brasileiro, regular em seus direitos políticos, cursa mestrado em determinada universidade federal mineira. Juan, amigo de Rafael, é chileno e cursa mestrado sanduíche nessa mesma instituição de ensino de Minas Gerais. Ambos fazem parte da Associação Amigos da Universidade Pública, que é formada por estudantes universitários e que tem como finalidade a averiguação de irregularidades no uso de recursos públicos da universidade. Em uma dessas ações de controle, Rafael e Juan constataram que um secretário de pós-graduação da referida universidade havia desviado dois milhões de reais destinados ao apoio de eventos internacionais de pesquisa, para reformar o seu apartamento funcional. Por ser ato lesivo ao patrimônio público, a transação irregular feita pelo secretário de pós-graduação poderá ser impugnada por meio de ação popular.

Nessa situação, a legitimidade para propor a ação popular será

- a) de Rafael, apenas.
- b) de Rafael ou da Associação Amigos da Universidade Pública.
- c) da Associação Amigos da Universidade Pública, apenas.
- d) da Associação Amigos da Universidade Pública, de Rafael e de Juan, em litisconsórcio.
- e) de Rafael ou de Juan.

5) 2018 – CESPE - PGM - Manaus – AM - Procurador do Município

Julgue o item seguinte, a respeito do mandado de injunção.

A decisão que concede mandado de injunção, em regra, gera efeitos *ultra partes*.

() CERTO () ERRADO

6) 2018 – CESPE – STJ - Técnico Judiciário - Administrativa

No que se refere aos tipos de prisão e aos meios processuais para assegurar a liberdade, julgue o seguinte item.

Membro do Ministério Público não tem legitimidade ativa para impetrar *habeas corpus*, mesmo que constate alguma das hipóteses de ilegalidade na prisão do autor do delito.

**MATERIAL DIREITO CONSTITUCIONAL – DICA DE MESTRE – PRF
PROFª CARLA ANDRADE**

() CERTO () ERRADO

7) 2018 – CESPE - PC-MA - Delegado de Polícia Civil

De acordo com o entendimento do STF, a polícia judiciária não pode, por afrontar direitos assegurados pela CF, invadir domicílio alheio com o objetivo de apreender, durante o período diurno e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao poder público. Essa determinação consagra o princípio do(a)

- a) legalidade.
- b) reserva da jurisdição.
- c) ampla defesa.
- d) contraditório.
- e) direito ao sigilo.

8) 2018 – CESPE - PC-MA - Investigador de Polícia

O *habeas corpus* é o instrumento jurídico correto para

- a) impugnar ato monocrático de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) trancar ação de *impeachment*.
- c) discutir a legalidade de medida protetiva de vítima de violência doméstica.
- d) discutir o direito de ir e vir, desde que o *habeas corpus* seja patrocinado por advogado constituído.
- e) discutir o direito de visita a presidiários.

9) 2018 – CESPE - TCE-PB - Auditor de Contas Públicas - Demais Áreas

Servidores públicos de determinado estado da Federação iniciaram movimento grevista, motivados pelo atraso no pagamento de seus vencimentos, na tentativa de regularizar a situação salarial. Inconformado com a paralisação de atividades que julgava essenciais, o gestor público expediu ato administrativo determinando o desconto do salário dos servidores grevistas, bem como o processamento da devida anotação funcional.

**MATERIAL DIREITO CONSTITUCIONAL – DICA DE MESTRE – PRF
PROFª CARLA ANDRADE**

Nessa situação hipotética, o instrumento processual de controle judicial que o sindicato dos servidores deverá invocar para suspender o ato administrativo de desconto e anotação dos dias não trabalhados é o

- a) mandado de injunção.
- b) recurso ordinário.
- c) *habeas corpus*.
- d) *habeas data*.
- e) mandado de segurança.

10)2017 – CESPE - PJC-MT - Delegado de Polícia Substituto

Com referência ao *habeas corpus* e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

I Não caberá *habeas corpus* nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.

II O *habeas corpus* é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontra sob disputa judicial.

III Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de *habeas corpus*.

IV O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.